

**“EM BRIGA DE MARIDO E MULHER”, METEMOS A COLHER:
GRUPOS TERAPÊUTICOS COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO**Dra Denise Regina Quaresma da Silva¹Me. Ronalisa Torman²

Resumo: Este artigo discute questões relacionadas à violência de gênero e apresenta a proposta de intervenção de um projeto de extensão da Universidade Feevale/RS intitulado “Laços de Vida” que presta atendimento gratuito a mulheres em situação de vulnerabilidade social e que sofreram ou sofrem algum tipo de violência. O projeto objetiva promover ações preventivas de atenção à saúde mental e da expressividade humana, visando à melhoria do bem-estar destas mulheres. Neste artigo, apresentamos fragmentos de relatos dos participantes dos grupos terapêuticos, realizados ao longo do desenvolvimento do projeto, que ocorre desde o ano de

2014. Concluímos que o trabalho desenvolvido nos grupos terapêuticos empodera e fortalece psicologicamente as mulheres, para que estas, através do conhecimento e apreensão de sua história, compreendam a repetição do modelo patriarcal e possam romper com este, historicamente estabelecido, buscando auxílio jurídico nas instâncias competentes. Percebemos que o trabalho com grupos terapêuticos favorece para a produção do cuidado nestas mulheres, tais como: vínculo, acolhimento, corresponsabilização, autonomia e reconhecimento das violências sofridas, bem como dos Direitos que as protegem. Ao cuidar das mulheres, o projeto busca

¹ Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 - CA ED - Educação. Pós-Doutora em Estudos de Gênero pela UCES (2011), Doutora (2007) e Mestre (2003) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Psicóloga. É professora Titular e pesquisadora da Universidade FEEVALE no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Colaboradora do Projeto de Extensão, Laços de Vida <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4772827H9>.

E-mail: denisequaresmadasilva@gmail.com . <http://orcid.org/0000-0002-3697-8284>

² Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2006), graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1991), Especialização em Psicopedagogia (2003), Docente e Supervisora Clínica do Curso de Psicologia da Universidade Feevale. Coordenadora do Projeto de Extensão, Laços de Vida. <http://lattes.cnpq.br/5189666043190057>

E-mail ronalisa@feevale.br

entender suas complexidades e subjetividades, trabalhando em sintonia com a rede de proteção as mulheres vítimas de violência de gênero existentes nos municípios que atende.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Direitos Humanos; Grupos Terapêuticos; Extensão Acadêmica.

Abstract: This article discusses issues related to gender violence and presents the intervention proposal of an extension project of the University Feevale / RS entitled "Loops of Life" that provides free care to women in situation of social vulnerability and who suffered or suffer some kind of violence. The project aims to promote preventive actions of attention to mental health and human expressiveness, aiming to improve the well-being of these women. In this article, we present fragments of reports from the participants of the therapeutic groups, carried out throughout the development of the project, which has been in place since the year 2014. We conclude that the work developed in the therapeutic groups empowers and psychically strengthens the women, so that, through knowledge and

apprehension of their history, understand the repetition of the patriarchal model and can break with it, historically established, seeking legal aid in the competent instances. We perceive that working with therapeutic groups favors the production of care in these women, such as: bonding, fostering, co-responsibility, autonomy and recognition of the violence suffered, as well as the Rights that protect them. In caring for women, the project seeks to understand their complexities and subjectivities, working in tune with the network of protection of women victims of gender violence in the municipalities it serves.

Key Words: Gender Violence; Human rights; Therapeutic Groups; Academic Extension.

Introdução

Este artigo apresenta uma proposta de intervenção de um projeto de extensão da Universidade Feevale intitulado "Laços de Vida", sendo que a primeira edição deste Projeto foi realizada em 2014, na cidade de Ivoti/RS e em 2018 sua atuação foi ampliada para Novo Hamburgo/RS, onde os

atendimentos ocorrem no Centro de Referência e Atendimento “Viva Mulher”.

De forma problemática, assistimos cotidianamente atos violentos, sobre os quais nada fazemos, pois nossa cultura nos ensina: em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher! Concordamos com o ditado e acabamos estendendo ele para as demais searas da família, da sociedade e nada fazemos frente a violência que ocorre entre pais e filhos/as, mães e filhos/as, marido e mulher, companheiros/as e companheiras/as. Assistimos aos atos de violências familiares, como se estes não produzissem efeito algum na subjetividade de quem os sofre.

Sabemos que a violência doméstica contra a mulher é um fenômeno social antigo e complexo, pois provem da convergência de múltiplos fatores e condições diversas. Contudo, sua visibilidade e compreensão como uma ação que agride o desenvolvimento físico, psíquico e social das mulheres, violando seus direitos humanos, compõem um problema da sociedade contemporânea, pois percebe-se que a visibilidade política e social desta problemática tem um caráter recente,

dado que apenas nos últimos 50 anos é que tem se destacado a gravidade e seriedade das situações de violências sofridas pelas mulheres em suas relações de afeto (Guimarães e Pedroza, 2015).

Todos os movimentos sociais, bem como todas as lutas pelo reconhecimento dos direitos daqueles que, historicamente, tiveram menos poder na sociedade e por conseguinte pouco participaram dos processos de decisões sobre interesses coletivos, estão intimamente ligados à luta pela concretização de uma cultura dos direitos humanos. A educação em direitos humanos deve empoderar grupos minoritários, nesse sentido, entendemos que a Psicologia oferece possibilidades de tal empoderamento, através do trabalho realizado em grupoterapia, pois qualquer que seja a forma de violência sofrida, a vítima necessita de acompanhamento e tratamento psicológico, além da proteção jurídica e entendimentos sobre as violências vivenciadas. Salientamos que a grande maioria das mulheres que são atendidas neste projeto e que sofreram e sofrem violência não tem condições financeiras ou energia psíquica para buscar ajuda, além de baixíssima

escolaridade. As violências sofridas acabam ceifando destas mulheres toda a auto estima, conseqüentemente as oportunidades de reescreverem a própria história:

A violência contra a mulher foi reconhecida como obstáculo ao desenvolvimento, a paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos [...] esta ultrapassa as agressões físicas ou sexuais, compreendendo outras atitudes e comportamentos de caráter mais permanente, que, independentemente do ato agressivo em si, estão impregnados de conteúdo violento, de caráter simbólico, implicando desde a educação diferenciada até toda uma cultura sutil de depreciação da mulher (Giordani, 2006: 145).

O projeto de extensão relatado neste estudo tem como objetivo geral promover ações preventivas de atenção à saúde mental e da expressividade humana, visando à melhoria do bem-estar de mulheres em situação de vulnerabilidade psíquica e socioeconômica, com o público alvo vinculado aos dois municípios citados. Os objetivos específicos do projeto são: proporcionar melhores condições psíquicas que contribuam para a melhoria do bem-estar emocional; viabilizar o conhecimento sobre temas como sexualidade, violência, estereótipos de gênero e auto estima de

mulheres em situação de vulnerabilidade psíquica e socioeconômica.

A rede de assistência à saúde física e mental não tem suportado a crescente demanda de novos casos de violências contra mulheres, com a necessidade do estabelecimento de parcerias para ampliar o atendimento às vítimas de múltiplas formas de violências. Empregamos aqui o termo violência relacionado não só ao ato físico, mas também à violência psicológica, patrimonial e sexual, pois se entende que todas essas categorias perpassam umas às outras, sendo que a violência psicológica é intrínseca ao ato de violência física e sexual (Strey, 2012, 2015).

A violência contra mulheres, tema debatido constantemente nas mídias e em redes sociais, desperta dúvidas, preconceitos, dor, dúvidas e silêncios, entre outros sentimentos e ações. Este tema de relevância indiscutível está presente na Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU - RCSNU 1325 - que versa sobre Mulheres, Paz e Segurança, sendo aprovado por unanimidade em 31 de outubro de 2000 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU

2000). Esta resolução tem como objetivos proteger os direitos de mulheres e meninas durante conflito armado, combater a impunidade em crimes de gênero, promover a igualdade de gênero em operações de manutenção da paz, e aumentar a participação das mulheres nas atividades de pacificação, antes, durante e depois do conflito armado. No entanto, oito anos depois da adoção da RCSNU 1325, o relatório de 2008 do Secretário-Geral da ONU, mais uma vez chamou a atenção para os mesmos problemas.

A Declaração do Milênio, abraçada por todos os Estados membros da ONU, definiram um conjunto de objetivos, nos quais foram definidas metas para promover a igualdade de gênero e combater a pobreza, a fome, as doenças, o analfabetismo e outros aspectos de preservação do planeta. O terceiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio diz respeito a Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, afirmando que impulsionar os direitos das mulheres e das crianças permite o avanço da humanidade.

Já em 2015, os Estados membros da ONU adotaram a Agenda 2030 para o

desenvolvimento sustentável (Nações Unidas, 2015). Apoiando esta iniciativa, a ONU Mulheres está desenvolvendo uma ação denominada Por um Planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero, que é voltada a líderes mundiais, atentando para a celeridade de medidas concretas em favor de mulheres e meninas. Em seu objetivo 5 preconiza: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Brasil é atualmente o quinto país em violência contra mulheres (Brasil, 2015). Segundo dados do Instituto Avon (2013), três em cada cinco mulheres já sofreram violência de gênero em nosso país. Nessa assertiva, apontamos a atualidade do tema e a justificativa do mesmo; pesquisas já desenvolvidas (Doliveira e Quaresma Da Silva, 2015) explicitam o significado social do projeto “Laços de Vida”, desenvolvido por professoras do curso de Psicologia e do curso de Artes Visuais da Universidade Feevale, frente a estas chamadas mundiais.

A precarização das condições de vida da população e a ampliação da participação feminina na população economicamente ativa, articulada a

outros fatores demográficos como a ocorrência de novos fluxos migratórios, a redução da fecundidade, o aumento do número de divórcios, vêm resultando em um aumento da família do tipo monoparental feminino e consequentemente na feminização da pobreza e dos problemas decorrentes dos novos arranjos familiares (Macêdo, 2012). Nessa perspectiva, estão incluídas as mulheres em situação de vulnerabilidade na cidades de Ivoti /RS e Novo Hamburgo/RS, que são beneficiadas com o atendimento no Projeto.

O presente artigo se propõe a articular, em uma perspectiva a partir da Psicologia e dos Estudos de Gênero, as análises sobre violência em suas dimensões subjetiva, histórica, social, cultural e jurídica.

Violência de Gênero

Diversos estudos têm demonstrado o quanto, de fato, os valores culturais machistas e patriarcais que seguem sendo estruturantes em nossa sociedade estão associados à grave recorrência das violências cometidas contra as mulheres e às sérias desigualdades de poder e de direito

enfrentados por elas em nossa sociedade, desde sempre. Para que se possa, efetivamente, compreender a violência de gênero que sofrem as mulheres, é imprescindível analisar o substrato teórico que sustenta o paradigma ancorado nos estudos feministas e de gênero. Assim, é importante considerar como o viés da violência se conjuga e está inserido na ótica do denominado gênero. Por essa dimensão de gênero, percebemos um incremento ou intensificação da violência, de um modo geral, em nossa realidade (Chauí, 2003; Diniz e Angelim, 2003; Machado, 2000).

Usualmente e na literatura acadêmica, o termo “violência de gênero” é apresentado com diversos conceitos como: “violência contra a mulher” ou “violência doméstica”. Estes conceitos comumente são empregados, mas desde nosso entendimento limitam o entendimento do fenômeno no seu aspecto histórico e relacional. Ao falarmos de violência contra a mulher, acabamos por enfatizar o alvo da violência, ou seja, a mulher, sem especificar o sujeito do ato, o agressor. Ao nos referirmos a violência doméstica, enunciamos com ênfase o local onde a violência ocorre, sem especificar, no

entanto, que é o sujeito da ação e quem é objeto da mesma. Os dois termos não fornecem margem para ir além da discussão sobre possíveis motivos pontuais do ato violento e procuram apenas culpabilizar sujeito ou objeto e, dessa maneira, não ultrapassando o caráter descritivo (Almeida, 2007).

Dentre todos os demais conceitos, violência de gênero é o único que apresenta dimensão analítica e histórica, e “designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societal e o seu caráter é relacional” (Almeida, 2007: 24).

Uma das prioridades do feminismo pauta-se na afirmação de que o privado é político (Elshtain, 1974). A noção tradicional de domínio privado está etimologicamente interligada com a privação. O privado é o que deve estar escondido da vista, ou o que não pode ser trazido à vista. O privado relaciona-se com vergonha e imperfeição, implicando excluir do público aspectos corporais e afetivos pessoais (Arendt, 2015). Portanto, é basilar a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Compreender como se

desenhou a fronteira entre o público e o privado, no pensamento e nas normas políticas, permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, sua naturalidade e pretensa adequação para a construção de relações igualitárias (Miguel e Biroli, 2013).

A privacidade do domínio familiar e doméstico é vista, por isso, como uma das ferramentas para a manutenção da dominação masculina (Pateman, 1993; Perrot, 1998; Saffioti, 1999). Já o espaço público esteve atrelado à visibilidade, à autonomia, ao status social, sendo, pois, um lugar do poder masculino. Às mulheres estava reservada tão somente a conjuntura doméstica, a do privado, enquanto que “aos homens, a esfera pública, cujo papel principal é a política; às mulheres, a esfera privada, tendo como atribuição fundamental o cuidado com a casa e a prole” (Perrot, 2005: 459). Isto implica falar em espaços, na divisão entre público e privado com correspondente divisão social do trabalho, nos papéis atribuídos a partir da diferenciação dos sexos, em ser sobre ou subordinado, nas esferas da produção, da reprodução e da política e estereótipos (Okin, 2008).

A esfera pública tem seu protagonismo reservado ao homem, enquanto sujeito produtivo e a estereotipia correspondente para o desempenho deste papel é simbolizada no homem racional/ativo/forte/potente/guerreiro/viril/público/possuidor. Já a esfera privada, configurada como a esfera da reprodução natural, e aparecendo como o lugar das relações familiares (casamento, sexualidade reprodutora, filiação e trabalho doméstico), tem seu protagonismo reservado à mulher, através do aprisionamento de sua sexualidade na função reprodutora e de seu trabalho no cuidado do lar e dos filhos. O estereótipo da mulher designa esta como desempenhando um papel subordinado ou inferiorizado de esposa, mãe e trabalhadora do lar: emocional/subjetiva/passiva/frágil/impotente/pacífica/recatada/doméstica/possuída (Alves, 2001).

Nessa assertiva, o conceito violência de gênero implica as relações sociais e suas dinâmicas materializadas através da história, pois não refere-se somente da violência contra um determinado alvo, seu motivos e

consequências, mas considera toda a complexidade das disputas por poder e como nessas disputas as desigualdades de gênero se inserem, pois toda relação de poder, dominação e opressão é, sobretudo, política.

A naturalização dos papéis de gênero dá suporte à violência, cristalizando secularmente a mulher em posição de inferioridade e subalterna, o que acaba respaldando e naturalizando a ação violenta por parte do homem. Sobre isso Wink e Strey colocam: “Quando um homem agride física e psicologicamente uma mulher, o faz também porque sua auto-imposição é permitida culturalmente, em uma postura socialmente ratificada e naturalizada” (Wink e Strey, 2008, p. 116). Ou seja, espera-se do homem esta postura e naturaliza-se a prática da violência.

O abuso emocional também é capaz de destruir a auto estima na mulher e se apresenta em diversas formas, como humilhação em público, acusações infundadas, vigilância descomedida, entre outras maneiras menos óbvias de violência e que, por possuírem um caráter mais velado, podem passar despercebidas e até mesmo serem incorporadas pelas mulheres como algo

que simplesmente “é” e acabam por não enfrentarem pôr não haver o teor físico do ato violento (Miller, 1999).

No atendimento as mulheres vítimas de violência, chama a atenção o movimento cíclico da violência de gênero que “[...] não é um episódio, é um processo, um ciclo continuo que, sem uma oportunidade de interrupção, tende a permanecer alternando, sucessiva e estereotipadamente, tensão, violência e pedido de desculpas” (Winck e Strey, 2008: 128).

A teoria do ciclo da violência, desenvolvida pela psicóloga norte-americana Leonore Walker em 1979, elucida a permanência das mulheres nas relações violentas, constituindo-se em um elemento importante para compreender a violência de gênero dentro de uma relação, bem como para visualizar um rompimento das mesmas. A teoria do ciclo de violência consiste em três fases onde a violência circula: a primeira, chamada “The build-up phase” ou fase da tensão, é marcada pela construção das tensões entre o casal e episódios de agressões em sua maioria psicológicas. A segunda fase, chamada por Walker de “The acute battering incident”, se trata do momento onde a

violência ocorre. Segundo Walker (2010) nessa fase não há controle da situação e as emoções destrutivas são externalizadas de forma intensa. Já a última fase é chamada “The respite”, ou fase da lua-de-mel, onde o agressor se torna amável e procura conciliação, muitas vezes com a promessa de que a violência não mais ocorrerá. Esse padrão cíclico da violência pode se repetir inúmeras vezes e a intensidade e tempo de duração pode variar entre as relações.

Metodologia

Este projeto de extensão universitária propõe atendimento gratuito as mulheres em situação de vulnerabilidade social e que sofrem ou sofreram algum tipo de violência, viabilizando-se através de 05 Grupos Terapêuticos e de Arteterapia que ocorrem semanalmente, com duração de cerca de duas horas cada grupo. Estes grupos potencializam as trocas dialógicas, o compartilhamento de experiências e a melhoria na adaptação ao modo de vida individual e coletiva. Para Cardoso e Seminotti (2006), o grupo é um lugar onde ocorre o debate sobre a necessidade de ajuda de todos, onde os participantes fazem

questionamentos sobre as alternativas de apoio e suporte emocional. Participantes destes grupos relatam: melhora nas relações sociais, nos níveis de conhecimento sobre questões discutidas no grupo, na capacidade para lidar com situações inerentes ao sofrido, na confiança, além de alívio emocional (Guanaes e Japur, 2005, Contel e Villas-Boas, 1999).

Já Pichon-Rivière (2005) salienta que são as comparações e imitações, rivalidades e satisfações, experiências pelos indivíduos em suas relações, que delimitam as diferenças, vinculam os sentidos e os significados das pessoas e dos acontecimentos. Desta forma, compreendemos que na convivência familiar e na integração com a coletividade, os papéis e os lugares a serem ocupados e representados se definem para o sujeito conforme seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, tornando-se “alguém” e, ao mesmo tempo, referenciando outros. Pois, “através do processo que conduz à definição do papel para cada indivíduo, seja ele criança ou adulto, ele próprio se torna uma influência integral que contribui para definir os papéis dos outros

indivíduos que integram seu meio social” (Pichon-Rivière, 2005: 64).

Os grupos realizados pelo projeto “Laços de Vida” ocorrem da seguinte maneira: dois são mediados por professoras e outros 3 são mediados por acadêmicos dos cursos de Artes Visuais e Psicologia, que recebem semanalmente supervisão das professoras. Estes grupos terapêuticos recebem mulheres em situação de vulnerabilidade psíquica e socioeconômica, compreendidas desde a fase adulta até seu processo de envelhecimento, atendidas nas instituições: Centro de Referência da Mulher (CRM), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) VIVA MULHER, delegacia de Polícia da Mulher de ambos os municípios contemplados pelos atendimentos do projeto. Salientamos que este Projeto vem expandindo seus atendimentos, que passaram a ocorrer em 2019 em mais um CRAS na cidade de Novo Hamburgo/RS.

Para este artigo, apresentamos um recorte do trabalho extensionista realizado pelo curso de psicologia, mais especificadamente o atendimento realizado nos grupos terapêuticos.

Com a Palavra, as Mulheres

Apresentamos alguns fragmentos de depoimentos obtidos na experiência dos grupos terapêuticos, visando lançar luzes sobre as referências mais comuns na experiência apresentada pelas mulheres sobre as violências sofridas, sendo notadamente a violência psicológica a que mais é narrada. Estes trechos foram extraídos dos relatórios de extensionistas de Psicologia ou do material coletado junto as mulheres participantes dos grupos ao longo de todo o trabalho e estes fragmentos foram selecionados porque refletem o coro das múltiplas vozes que falam nos grupos. Porém, eles são apenas uma pequena parte de um universo maior de expressões e manifestações apresentadas nos relatórios dos estagiários e no material produzido pelas participantes, que devem ser levados em consideração ao pensarmos na dimensão quantitativa do sofrimento destas mulheres: é incomensurável.

Para ilustrar estes sofrimentos, apresentamos o relato de uma das participantes, que descreve como estava quando chegou ao atendimento: “alguns dias atrás havia tomado o ônibus sentido bairro-centro, em Novo Hamburgo.”

Pensara em descer num determinado ponto, porém, devido ao seu estado emocional fragilizado, quando percebeu estava no centro da cidade. Diz: “Pensei várias vezes em acabar com a minha vida. Me sentia totalmente sem destino, sem rumo”. Contou que chorava compulsivamente sem ter a noção clara da localização em que se encontrava naquele momento: “Senti que as pessoas tinham receio de me abordar”, disse, “até que uma mulher perguntou se eu precisava de ajuda e eu disse que não, e atravessei a rua, mas não lembro como fiz isso”. Falou que na sua diagonal, avistou a placa do espaço Viva Mulher, aliás, uma placa que chamara sua atenção por diversas vezes, indo ao centro da cidade, de ônibus. Contou que se dirigiu ao Viva Mulher e que foi prontamente atendida: “Cheguei desesperada, chorando e fui muito, muito bem recebida”.

Ao relatarem suas experiências sobre o sofrimento psíquico decorrente das violências vivenciadas, as participantes dos grupos abordaram situações particulares de seu cotidiano que, em diversos momentos, mobilizaram as demais mulheres, propiciando reflexões, polêmicas,

questionamentos e discussões. Estes momentos de troca são recheados de momentos de muita emoção, tanto no relato de sua própria experiência, quanto na escuta daquela compartilhada por outras mulheres do grupo.

Falar e escutar a violência não é tarefa simples, pois quem fala, revive a violência vivida e quem escuta, revisita as suas violências sofridas. Nesse sentido, o grupo terapêutico constitui-se em um espaço continente, saudável, capaz de amparar a dor sentida. Uma participante contou que sua infância foi muito atribulada em função do pai alcoólatra que batia na mãe na frente dos filhos. Muitas vezes a mãe teve que fugir de casa correndo com os filhos, para não serem maltratados nos momentos de bebedeira do pai. Atualmente, é uma mulher jovem, com muitos problemas de saúde ocasionados por Fibromialgia, diagnosticada ainda na adolescência. Faz uso de medicações de forma demasiada, por conta de sua doença, além de medicar-se por ter diagnóstico médico de depressão. Esta participante possui mais escolaridade que as demais, pois iniciou o ensino médio e trouxe para o grupo muito conhecimento de leis de proteção para a mulher; mostra-se muito

interessada em buscar conhecimentos legais para compartilhar no grupo.

Em concordância com tudo o que era falado no grupo, a equipe do projeto juntamente com extensionistas e voluntárias/os, buscavam acolher a dor de quem falava e clarificar as vivências narradas relativas as violências experimentadas, auxiliando quem relatava e ao grupo a reconhecer o tipo de violência sofrida e convidá-las a refletir sobre o que foi percebido e compreendido no encontro. Muitas mulheres participantes relataram, tanto no próprio grupo, ou quando buscavam auxílio no judiciário, que o contato com experiências diferentes fazia com que elas repensassem suas posições e comportamentos na família, mais especificamente em relação ao cônjuge ou familiares violentos e que sentiam-se após a participação nos grupos mais confiantes e autônomas.

As mulheres que denunciaram maus tratos nas audiências judiciais, relatavam repetidamente que conseguiram buscar auxílio jurídico por sentirem-se empoderadas para denunciar as violências sofridas, após a participação nos grupos terapêuticos propostos pelo projeto. Este fato deu

importância e visibilidade ao projeto e reconhecimento ao trabalho realizado, fortalecendo o projeto.

A maior parte das mulheres participantes, quase que a totalidade refere ter uma escolarização baixa, sendo que muitas possuem somente o ensino fundamental. Em muitos relatos, aparece o abandono escolar: uma delas diz estar decepcionada, porque estava apaixonada pelo primeiro marido (pai do seu primeiro filho) e parou de estudar quando deu a greve dos 100 dias e nunca mais retornou, em função da “paixão”. Ao falar sobre o abandono escolar chora e subitamente muda de assunto, passando a falar da relação do seu atual companheiro com a mãe, fugindo do relato da cena escolar. A psicóloga que acompanha o grupo acolhe seu sofrimento, dizendo que é bom que ela possa falar sobre o passado e abrir as “gavetas”, pois este é um ato generoso consigo mesma, pois devemos elaborar algumas situações e também encontrar algumas respostas para nossas questões. Sobre os estudos, diz a ela que nunca é tarde para voltar para a escola e se ela sente esta falta, seria interessante se informar sobre cursos ou algo que que pudesse fazer para se sentir mais

autoconfiante, pois ter esse tempo para si é muito importante. O grupo acolhe e reforça a potencialidade que cada participante tem de estudar, cuidar de si, voltar a fazer o que deixou para traz em nome do amor romântico.

Diferente do que transmite a mitologia popular, as novelas, os filmes, o amor romântico não é fonte de transcendência, felicidade nem auto realização. Na realidade, constitui uma das principais diferenças existentes entre mulheres e homens nas relações amorosas, pois é mais uma das práticas culturais que obrigam as mulheres a aceitar e marcar a sua própria submissão (Illouz, 2014). Percebemos que depois de algum tempo de participação nos grupos, esta condição de uma subordinação acrítica deixa de ocorrer, pois as participantes vão percebendo sua posição na relação amorosa, sendo possível observar melhoras de maneira geral nas mulheres participantes dos grupos, mas principalmente na autoestima destas. Relatam que estão olhando mais para si e não se preocupando tanto com atividades domésticas ou com os integrantes da família e que buscam fazer atividades

que gostam sozinhas, na companhia de amigas ou de outros familiares.

Um das participantes relata que sofreu violência física e psicológica “até me ver livre deste homem” (SIC). Passou por várias internações psiquiátricas, conduzidas pelo marido, mesmo sem apresentar um quadro relevante para internação. Ele conseguia a internação dela e ela ficava “trancafiada e drogada pelo excesso de medicações” (SIC). Como consequência, ela não conseguia criar os filhos, que tornaram-se ambivalentes em relação as condições dela exercer a maternidade. Com sofrimento, diz: “Eu queria ter podido criar meus filhos [...] Acho que no fundo, no fundo, meus filhos me culpam. E quando tento falar o meu lado eles não querem me ouvir. E a minha sogra, eu sei, que falou muito mal de mim para o meu marido querer se separar de mim. Ela falava mal de mim para os meus filhos” (SIC). Em uma das internações ocorridas, soube a posteriori que o marido a traiu com outra mulher, fato este que culminou na separação do casal. Porém, os filhos permaneceram sempre ambivalentes a ela. Atualmente, após a participação no grupo, relata que a relação entre ela e os filhos está

melhorando e desabafa: “mesmo quando o mundo me diz não, a vida diz sim. Eu gostaria de ter tido a minha família, mas o mundo me disse não. Meus filhos não gostam de mim” (SIC).

A medicalização do sofrimento comumente aparece nos relatos das mulheres, pelo quadro depressivo instaurado ao longo dos anos de convívio com as violências psicológicas sofridas e naturalizadas pela família : “Eu estou tomando um remédio parecido com fluoxetina. Faz 10 dias que estou tomando. Eu não consigo levantar da cama, vou da cozinha para a cama” (SIC).

As violências sofridas precisam de acolhimento para serem suportadas e significadas. Uma das mulheres participantes relata que sofreu muito na separação do seu companheiro de tantos anos, pois “éramos dois casais que saiam juntos, amigos. Mas o marido dela sofreu um acidente, e ficou de cadeira de rodas. Meu marido foi ajudar e enquanto ela deixava seus filhos na minha casa para eu cuidar, meu marido ia para cama com ela. O marido dela me ligava e dizia: usa as tuas pernas e vai atrás dos dois porque tem alguma coisa aí. Quando eu terminei, eu arrumei as roupas dele e

mandei ele ir embora e ele me disse que ia me provar que não ia morar com aquela “galinha” que vai com todos. Mas logo foi para lá. Foram morar juntos e nos separamos” (SIC). Esta paciente refere: “eu não consigo chorar, tento e não tem jeito. Mas para chorar eu tenho que ligar para uma amiga e ai consigo, sozinha não consigo parece que fico trancada, mas queria muito poder chorar porque alivia muito” (SIC). No grupo terapêutico, ela encontra escuta para seu sofrimento, desenvolve laços de cuidado consigo mesmo e compartilha experiências com os demais (Mendonça, 2005).

Outro recorte mostra a extensão da violência física e psicológica vivida pelas mulheres destas cidades, uma das participantes relata que desde sempre teve uma relação de submissão com o marido, sendo que também acata as ordens do filho. O marido muitas vezes queria transar com ela, ela não queria, mas cedia e fazia a vontade dele. Ela sempre abaixou a cabeça para as ordens do marido e do filho. Nenhum dos dois faz coisa alguma em casa e é sempre ela que faz tudo em casa. Sempre teve muito medo do marido, mas antes ele tinha mais trabalho e agora ele se aposentou e

está quase todo o tempo com ele em casa e está pior para ela. Ela abaixa a cabeça e obedece as ordens, quando sai para ir comprar algo, ao retornar o marido pede até os trocados de moeda, e sempre foi assim. Refere que “tenho muito medo da relação com meu marido. Eu não gosto de brigar, de insistir, porque ele é muito de insistir. Não gosto de insistir e brigar e prefiro fazer” (SIC).

Percebemos nesse excerto claramente a cultura da vocação natural da mulher para o domínio privado que foi veiculada durante todo o século XIX e justificada por dois argumentos: o da natureza e o da utilidade social. Pelo fundamento naturalista, as mulheres, em virtude de seu papel social natural de reprodutora, estariam vocacionadas a permanecer em casa atuando em funções de reprodução. Devido a essa questão biológica, ficavam excluídas da esfera pública como algo objetivo e natural. Para a concepção da utilidade social, e acordo com esta teoria, cada sexo possui as suas “competências” e a complementaridade entre ambos garante o bem comum, beneficiando a todos.

A mulher que se torna operária não é mais mulher (Lipovetsky, 2009). O trabalho da mulher operária, na visão dos

homens e de algumas mulheres da época que ainda percebemos na cultura destas cidades na atualidade, lhe retira a condição de mulher. A imagem da operária continuará a ser repulsiva e, para muitos, era a antítese da feminilidade (PERROT, 2005). Desta forma, ficam reiterados o lugar do privado para as mulheres e do público para os homens, o que perpetua-se, haja visto que o filho da paciente apresentada no último relato, é ensinado a ser homem repetindo o modelo paterno. Estamos neste exemplo perante o simbolismo de gênero com sua poderosa estereotipia e carga estigmatizante. Este simbolismo, enraizado nas estruturas, que homens e mulheres reproduzem, apresenta a polaridade de valores histórico-culturais como se fossem diferenças naturais, portanto, biologicamente determinadas e as pessoas do sexo feminino como membros de um gênero subordinado, na medida em que determinadas qualidades, bem como o acesso a certos papéis e a esfera pública são percebidos como naturalmente ligados a um sexo biológico e não a outro (Alves e Cavenaghi, 2000).

Considerações Quase Finais, Pois o Trabalho Segue...

Para concluirmos nosso estudo, apontamos primordialmente que o trabalho com grupoterapia desenvolvido com estas mulheres presta-se ao serviço de reestruturação psíquica das mesmas através da integração social e promove o resgate de conteúdos primitivos, uma vez que a forma do indivíduo comportar-se na cena grupal deriva das fantasias que este tem em relação ao seu grupo familiar. Funciona também como suporte frente ao desamparo estrutural e social destas mulheres maltratadas, imersas no processo de adoecimento. Estando o projeto de extensão universitária “Laços de Vida” em seu quinto ano, concluímos a partir da análise dos resultados alcançados até o momento que o acompanhamento das práticas terapêuticas grupais desenvolvidas são importantes para o empoderamento destas mulheres em relação às violências sofridas. A equipe do projeto utiliza dispositivos para a produção do cuidado, tais como: vínculo, acolhimento, corresponsabilização, autonomia e reconhecimento das violências sofridas, bem como dos Direitos que as protegem. Ao cuidar das

mulheres, o projeto busca entender suas complexidades e subjetividades, trabalhando em sintonia com a rede de proteção as mulheres vítimas de violência de gênero existentes nos dois municípios citados.

Outro aspecto relevante que percebemos nos grupos é que a convivência prolongada com relações de violência, a legitimação social para sua perpetuação e a formação de uma identidade de gênero subordinada conformam um campo propício para a internalização da banalização da violência sofrida, direta e indiretamente (Morgado, 2005: 317). Nos grupos, as mulheres vivenciam a experiência de conjuntamente buscarem desnaturalizar estas violências, pois durante o desenvolvimento destes, a relação de confiança e cumplicidade foi estabelecendo-se, proporcionando um ambiente propício para o compartilhar das histórias de vida, dos sentimentos, medos, traumas e dificuldades, tornando-se o grupo um espaço para expor dores, vivências, valorizar opiniões e sentimentos, possibilitando trocas, com enfoque nas estratégias para lidar com os problemas e buscar resoluções para os mesmos.

O grupo exerce efeito terapêutico, e sua efetividade surge através do desenvolvimento de discussões onde é capaz de se perceber nas mulheres participantes um processo de autoavaliação e reflexão sobre a própria vida, o que repercute em novas possibilidades e estratégias de enfrentamento dos problemas, proporcionando o desenvolvimento de autonomia e empoderamento destas, como expõe uma das vozes femininas: “Quando a gente chega na depressão, a gente não tem mais vontade para nada. Agora que eu estou voltando” (SIC).

Ao refletirmos a respeito das problemáticas referentes às violências praticadas contra o gênero feminino, é relevante sopesar que subjacente está um amplo processo de naturalização, reprodução e revigoramento de mecanismos que tendem a privilegiar e sustentar a ideologia patriarcal dominante. O controle da sexualidade feminina, através de seu aprisionamento na função reprodutora, historicamente constitui, ao lado da centralidade do trabalho doméstico, um dos dois grandes eixos pelos quais se concretizam as relações específicas de dominação, estabelecidas no plano individual pela

estruturação do patriarcado. A dominação é uma das formas essenciais do poder.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido nos grupos terapêuticos foi empoderando e fortalecendo psiquicamente as mulheres, para que estas, através do conhecimento e apreensão de sua história, compreendam a repetição do modelo patriarcal e possam romper com este, historicamente estabelecido, buscando auxílio jurídico nas instâncias competentes. Os grupos abrem um espaço para que a voz destas mulheres, normalmente perdida ao longo do processo de adoecimento e caladas pelo medo e vergonha das situações violentas vividas, volte a ecoar e ter valor e significados próprios. As falas destas mulheres nos grupos terapêuticos são falas do tipo “aqui eu posso falar o que eu quiser”, “aqui encontro pessoas que me entendem” ou ainda “aqui é o único lugar aonde eu posso chorar, sem me envergonhar”. Portanto, tem-se a plena certeza que **“em briga de marido e mulher”, o Projeto Laços de Vida mete a colher!**

Referências

Alves, José Eustáquio Diniz; Cavenaghi, Suzana Marta. (2000). **Dominação Masculina e Discurso Sexista. Informandes**, Brasília, p. 11-11.

Alves, José Eustáquio Diniz. (2001). **O Discurso da Dominação Masculina**. XXIV General Population Conference - IUSSP, Salvador.

Almeida, Suely Souza de. (2007). Essa violência maldita. In: Almeida, Suely Souza de (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, p. 23-41.

Arendt, Hannah. (2015). **A Condição Humana**. 12. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Cardoso, C.; Seminotti, N. (2006). O grupo psicoterapêutico no Caps. **Cienc. Saude Colet.**, v.11, n.3, p.775-83.

Contel, J. O. B.; Villas-Boas, M. A. (1999). Psicoterapia de grupo de apoio multifamiliar (PGA) em hospital-dia (HD) psiquiátrico. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, v.21, n.4, p.225-30.

Brasil. (2015) Senado Federal. Secretaria da Transparência. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Senado Federal, 2015. 81 p. Consultado a 08/09/2017, em <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/brasileiras-sabem-da-lei-maria-da-penha-mas-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres-persiste>.

Silva Doliveira, Mariane Camargo; Quaresma Da, Denise. (2015). **Entrelaçando práticas identitárias, gênero e políticas públicas: a matriz contemporânea da cidadania feminina**. Consultado a 15/08/2017, em <https://www.unicruz.edu.br/seminario/anais/XX/III%20Simposio%20de%20Praticas%20Socioculturais/ENTRELACANDO%20PRATICAS%20IDENTITARIAS%20%20GENERO%20E%20POLITICAS%20PUBLICAS>.

Elshtain, Jean Bethke. (1974). Moral Woman/Immoral Man: The Public/Private Distinction and its Political Ramifications. **Politics and Society**, v. 4, n. 4, p. 453-473.

Guanaes, C.; Japur, M. (2005). Sentidos de doença mental em um grupo terapêutico e suas implicações. **Psicol.: Teor. Pesqui.**, v.21, n. 2, p.227-35.

Guimarães, M. C.; Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2). Consultado a 10/08/2017, em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00256.pdf>.

Instituto Avon. (2013). **Instituto Avon/Data Popular**. Instituto Patrícia Galvão. Consultado a 15/08/2017, em http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf.

Organização das Nações Unidas – ONU. (2000). **Resolução 1325/2000**. Consultado a 15/08/2017, em http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/Area_Internacional/ONU/resolucao%201325%20portugues.pdf.

Pateman, Carole. (1993). **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Perrot, Michelle. (2005). **Mulheres Públicas**. As Mulheres ou os Silêncios da História. São Paulo: EDUSC.

Perrot, Michelle. (1998). **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP. (Prismas).

Pichon-Rivière, E. (2005). **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. (1999). **Primórdios do Conceito de Gênero**. Cadernos Pagu, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), v. 12, p. 157-163.

Strey, Marlene Neves. (2012). **Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo**. In: GROSSI, Patrícia K. (Org.). **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS. p. 51-72.

Strey, Marlene Neves. (2015). **Efeitos da culpa na subjetividade**. In.: **Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Walker, Leonore E. (2010). **The cycle of violence**. Consultado a 09/09/2016, em [http://www.1736familycrisiscenter.org/pdf/Cycle of Violence_v3.pdf](http://www.1736familycrisiscenter.org/pdf/Cycle%20of%20Violence_v3.pdf).

Wink, Gustavo Espíndola; Strey, Marlene Neves. (2008). **A voz mais alta, mas na hora certa: a naturalização da violência de gênero enquanto recurso legitimado ao homem**. **Artemis**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p.113-133. Consultado a 16/04/2015, em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/11815/6870>.